

MERCOSUR/PM/SO/REC.

**PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO SOBRE A GESTÃO DE RISCOS E
DESASTRES COMO PRIORIDADE ESTRATÉGICA REGIONAL E SUA
INTEGRAÇÃO TRANSVERSAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLATIVAS
DO MERCOSUL**

VISTO:

O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e o Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL, os quais estabelecem, entre outros propósitos e princípios, a promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social, a solidariedade e a cooperação regional, o respeito à diversidade territorial e cultural dos povos do MERCOSUL, a transparência, a participação cidadã e a integração latino-americana, bem como o fortalecimento da cooperação com os demais órgãos do MERCOSUL e com os espaços regionais de representação cidadã.

O Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015–2030 (UNDRR);

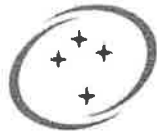
A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos (em especial os ODS 1, 11 e 13);

O Acordo de Paris sobre o Clima (2015);

As diretrizes da Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos (RMAGIR).

CONSIDERANDO:

Que os Estados Parte do MERCOSUL enfrentam, com frequência crescente, eventos climáticos extremos como enchentes, secas prolongadas, ciclones, incêndios florestais e epidemias climáticas, cujos impactos afetam de forma desproporcional populações vulneráveis;



Que, de acordo com o CEMADEN (Brasil), mais de 5.000 eventos críticos relacionados a desastres naturais foram registrados entre 2013 e 2023, afetando milhões de pessoas, em especial nas áreas com infraestrutura precária;

Que o *Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction* (UNDRR, 2022) indica que a criação de riscos supera as ações de mitigação em diversas regiões, e que a América do Sul se encontra entre as mais impactadas pelo aumento da temperatura, umidade e eventos hidrológicos extremos;

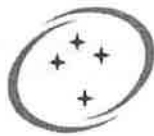
Que a intensificação simultânea de fenômenos adversos no mesmo território e no mesmo ano (como secas severas seguidas de enchentes intensas) já é uma realidade nos países do bloco, agravando a capacidade de resposta dos sistemas públicos e exigindo soluções estruturadas;

Que o Marco de Sendai propõe a substituição do paradigma reativo por uma abordagem proativa centrada na prevenção, redução da exposição ao risco, reforço das capacidades nacionais e cooperação regional, com enfoque em justiça social e proteção da vida;

Que a gestão de riscos e desastres deve ser tratada como um tema transversal, articulado a políticas de desenvolvimento sustentável, proteção ambiental, segurança social, territorial e climática;

Que a cooperação técnica, a interoperabilidade institucional e os marcos jurídicos coordenados entre os Estados Parte são condições essenciais para respostas eficazes a crises e catástrofes de caráter transfronteiriço ou regional.

Que a gestão de riscos é fundamental não apenas para a prevenção de desastres, mas também para fortalecer a governança, reduzir vulnerabilidades estruturais e promover a equidade.



O PARLAMENTO DO MERCOSUL

RECOMENDA AO CMC:

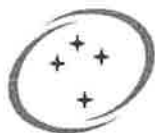
Art. 1º Reconhecer formalmente a gestão de riscos e desastres como prioridade estratégica regional no âmbito do MERCOSUL, promovendo sua integração transversal nos marcos normativos, políticas públicas e instrumentos de cooperação técnica entre os Estados Parte.

Art. 2º Reafirmar os compromissos dos Estados Parte com os marcos multilaterais vigentes como o Marco de Sendai, a Agenda 2030, em especial os ODS 1 (erradicação da pobreza), 11 (cidades resilientes) e 13 (ação climática) e o Acordo de Paris, orientando a formulação de políticas públicas regionais que contemplem:

- I. A compreensão multissetorial e territorializada do risco;
- II. O fortalecimento institucional e comunitário para a prevenção;
- III. Os investimentos em infraestrutura resiliente e sustentável;
- IV. A preparação e a resposta ágil a desastres climáticos e sanitários;
- V. A recuperação social e econômica com base em critérios de resiliência e justiça climática.

Art. 3º Estimular a harmonização dos marcos jurídicos nacionais dos Estados Parte para permitir a interoperabilidade técnica e jurídica nas ações de:

- I – Emissão e difusão de alertas antecipados em tempo real;
- II – Mobilização e recebimento de missões de ajuda humanitária;
- III – Cooperação transfronteiriça em ações de evacuação e socorro.



Art. 4º Recomendar a criação, no âmbito do MERCOSUL, de fundos regionais específicos para a resiliência climática e a gestão integrada de riscos, com vistas ao fortalecimento das capacidades nacionais e sub-regionais de prevenção, preparação, resposta e reconstrução, incluindo:

- I. A implementação, ampliação e interoperabilidade de sistemas nacionais e sub-regionais de alerta antecipado, com base em dados meteorológicos, hidrológicos e geotécnicos compartilhados;
- II. A capacitação técnica continuada de agentes públicos, operadores de defesa civil e lideranças comunitárias, especialmente nos territórios mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas;
- III. O desenvolvimento e a incorporação de tecnologias inovadoras para o monitoramento, a previsão e a resposta eficaz a desastres;
- IV. A estruturação de mecanismos de assistência humanitária rápida, eficaz e coordenada, aptos a garantir o pronto atendimento às populações afetadas, respeitando os princípios da dignidade, equidade e soberania dos Estados Parte;
- V. O planejamento, adaptação e modernização de infraestruturas críticas (como hospitais, escolas, redes de transporte e abastecimento de água), com base em análises de risco climático e critérios de resiliência territorial.

Art. 5º Promover a cooperação científica e técnica entre os Estados Parte, com o objetivo de consolidar uma rede regional integrada de vigilância e resposta a riscos climáticos e ambientais, mediante:

- I. O intercâmbio sistemático de dados e informações meteorológicas, hidrológicas, epidemiológicas e ambientais, assegurando a interoperabilidade dos sistemas nacionais e a harmonização de metodologias de coleta e análise;



II. A troca de experiências sobre políticas públicas, instrumentos normativos e medidas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, com foco na eficácia, equidade e inovação das estratégias adotadas;

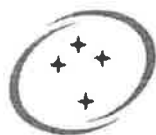
III. O estímulo a projetos conjuntos de pesquisa aplicada e desenvolvimento tecnológico, voltados ao aprimoramento da capacidade regional de previsão, monitoramento, prevenção e resposta a eventos extremos;

IV. A facilitação da cooperação técnica horizontal e do aprendizado mútuo entre instituições científicas, agências públicas e centros especializados, respeitando as especificidades territoriais.

Art. 6º. Que o Conselho do Mercado Comum encaminhe a presente Recomendação, para estudo e deliberação técnica, aos Subgrupos de Trabalho nº 2 (Assuntos Institucionais) e nº 6 (Meio Ambiente), bem como à Reunião de Ministros e Altas Autoridades de Gestão Integral de Riscos de Desastres (RMAGIR), a fim de que elaborem as propostas correspondentes para sua implementação coordenada nos Estados Partes.

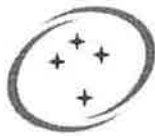
Art. 7º. Que o Conselho do Mercado Comum informe ao Parlamento do MERCOSUL sobre os avanços na implementação da presente Recomendação, no marco dos informes anuais, garantindo o acompanhamento democrático, a transparência e a participação cidadã no processo de integração regional.

Heitor Schuch
Presidente da Comissão Especial de Emergência
Ambiental e Sanitária



PARLAMENTO
DEL MERCOSUR
PARLAMENTO
DO MERCOSUL

COMISSÃO ESPECIAL DE EMERGÊNCIA
AMBIENTAL E SANITÁRIA



MERCOSUR/PM/SO/REC.

**PROPUESTA DE RECOMENDACIÓN SOBRE LA GESTIÓN DE RIESGOS Y
DESASTRES COMO PRIORIDAD ESTRATÉGICA REGIONAL Y SU
INTEGRACIÓN TRANSVERSAL EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS Y
LEGISLATIVAS DEL MERCOSUR**

VISTO:

El Tratado de Asunción, el Protocolo de Ouro Preto y el Protocolo Constitutivo del Parlamento del MERCOSUR, los cuales establecen, entre otros propósitos y principios, la promoción del desarrollo sostenible con justicia social, la solidaridad y la cooperación regional, el respeto a la diversidad territorial y cultural de los pueblos del MERCOSUR, la transparencia, la participación ciudadana y la integración latinoamericana, así como el fortalecimiento de la cooperación con los demás órganos del MERCOSUR y con los espacios regionales de representación ciudadana;

El Marco de Sendai para la Reducción del Riesgo de Desastres 2015–2030 (UNDRR);

La Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible y sus Objetivos (en particular los ODS 1, 11 y 13);

El Acuerdo de París sobre el Clima (2015);

Las directrices de la Reunión de Ministros y Altas Autoridades de Gestión Integral de Riesgos (RMAGIR).

CONSIDERANDO:

Que los Estados Parte del MERCOSUR enfrentan, con frecuencia creciente, eventos climáticos extremos como inundaciones, sequías prolongadas, ciclones, incendios forestales y epidemias climáticas, cuyos impactos afectan de manera desproporcionada a las poblaciones vulnerables;



Que, según el CEMADEN (Brasil), se registraron más de 5.000 eventos críticos relacionados con desastres naturales entre 2013 y 2023, afectando a millones de personas, especialmente en zonas con infraestructura precaria;

Que el *Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction* (UNDRR, 2022) indica que la creación de riesgos supera las acciones de mitigación en diversas regiones, y que América del Sur se encuentra entre las más impactadas por el aumento de la temperatura, la humedad y los eventos hidrológicos extremos;

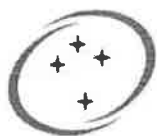
Que la intensificación simultánea de fenómenos adversos en un mismo territorio y dentro de un mismo año (como sequías severas seguidas de inundaciones intensas) ya es una realidad en los países del bloque, agravando la capacidad de respuesta de los sistemas públicos y exigiendo soluciones estructurales;

Que el Marco de Sendai propone sustituir el paradigma reactivo por un enfoque proactivo centrado en la prevención, la reducción de la exposición al riesgo, el fortalecimiento de las capacidades nacionales y la cooperación regional, con énfasis en la justicia social y la protección de la vida;

Que la gestión de riesgos y desastres debe ser tratada como un tema transversal, articulado con políticas de desarrollo sostenible, protección ambiental, seguridad social, territorial y climática;

Que la cooperación técnica, la interoperabilidad institucional y los marcos jurídicos coordinados entre los Estados Parte son condiciones esenciales para respuestas eficaces ante crisis y catástrofes de carácter transfronterizo o regional;

Que la gestión de riesgos es fundamental no solo para la prevención de desastres, sino también para fortalecer la gobernanza, reducir vulnerabilidades estructurales y promover la equidad.



EL PARLAMENTO DEL MERCOSUR

RECOMIENDA AL CMC:

Art. 1°. Reconocer formalmente la gestión de riesgos y desastres como prioridad estratégica regional en el ámbito del MERCOSUR, promoviendo su integración transversal en los marcos normativos, las políticas públicas y los instrumentos de cooperación técnica entre los Estados Parte.

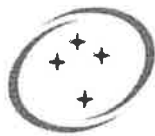
Art. 2°. Reafirmar los compromisos de los Estados Parte con los marcos multilaterales vigentes, como el Marco de Sendai, la Agenda 2030 —en particular los ODS 1 (erradicación de la pobreza), 11 (ciudades resilientes) y 13 (acción por el clima)— y el Acuerdo de París, orientando la formulación de políticas públicas regionales que contemplen:

- I. La comprensión multisectorial y territorializada del riesgo;
- II. El fortalecimiento institucional y comunitario para la prevención;
- III. La inversión en infraestructuras resilientes y sostenibles;
- IV. La preparación y respuesta ágil ante desastres climáticos y sanitarios;
- V. La recuperación social y económica basada en criterios de resiliencia y justicia climática.

Art. 3°. Estimular la armonización de los marcos jurídicos nacionales de los Estados Parte para permitir la interoperabilidad técnica y jurídica en las acciones de:

- I. Emisión y difusión de alertas tempranas en tiempo real;
- II. Movilización y recepción de misiones de ayuda humanitaria;
- III. Cooperación transfronteriza en acciones de evacuación y auxilio.

Art. 4°. Recomendar la creación, en el ámbito del MERCOSUR, de fondos regionales específicos para la resiliencia climática y la gestión integrada de riesgos, con el objetivo de fortalecer las capacidades nacionales y



subregionales de prevención, preparación, respuesta y reconstrucción, incluyendo:

- I. La implementación, ampliación e interoperabilidad de sistemas nacionales y subregionales de alerta temprana, basados en datos meteorológicos, hidrológicos y geotécnicos compartidos;
- II. La capacitación técnica continua de agentes públicos, operadores de defensa civil y liderazgos comunitarios, especialmente en territorios más vulnerables a los impactos del cambio climático;
- III. El desarrollo y la incorporación de tecnologías innovadoras para el monitoreo, la previsión y la respuesta eficaz ante desastres;
- IV. La estructuración de mecanismos de asistencia humanitaria rápida, eficaz y coordinada, capaces de garantizar atención inmediata a las poblaciones afectadas, respetando los principios de dignidad, equidad y soberanía de los Estados Parte;
- V. La planificación, adaptación y modernización de infraestructuras críticas (como hospitales, escuelas, redes de transporte y abastecimiento de agua), basadas en análisis de riesgo climático y criterios de resiliencia territorial.

Art. 5°. Promover la cooperación científica y técnica entre los Estados Parte, con el objetivo de consolidar una red regional integrada de vigilancia y respuesta ante riesgos climáticos y ambientales, mediante:

- I. El intercambio sistemático de datos e información meteorológica, hidrológica, epidemiológica y ambiental, asegurando la interoperabilidad de los sistemas nacionales y la armonización de metodologías de recolección y análisis;
- II. El intercambio de experiencias sobre políticas públicas, marcos normativos y medidas de mitigación y adaptación al cambio climático, con enfoque en la eficacia, la equidad y la innovación de las estrategias adoptadas;



III. El impulso a proyectos conjuntos de investigación aplicada y desarrollo tecnológico, orientados al fortalecimiento de la capacidad regional de previsión, monitoreo, prevención y respuesta ante eventos extremos;

IV. La facilitación de la cooperación técnica horizontal y el aprendizaje mutuo entre instituciones científicas, agencias públicas y centros especializados, respetando las especificidades territoriales.

Art. 6°. Que el Consejo del Mercado Común remita la presente Recomendación, para su estudio y deliberación técnica, a los Subgrupos de Trabajo N° 2 (Asuntos Institucionales) y N° 6 (Medio Ambiente), así como a la Reunión de Ministros y Altas Autoridades de Gestión Integral de Riesgos de Desastres (RMAGIR), a fin de que elaboren las propuestas correspondientes para su implementación coordinada en los Estados Parte.

Art. 7°. Que el Consejo del Mercado Común informe al Parlamento del MERCOSUR sobre los avances en la implementación de la presente Recomendación, en el marco de los informes anuales, garantizando el seguimiento democrático, la transparencia y la participación ciudadana en el proceso de integración regional.

Heitor Schuch
Presidente de la Comisión Especial de Emergencia
Ambiental y Sanitaria

